



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Plenário		
Reunião: 75ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Data: 9/9/21		
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

PEQUENO EXPEDIENTE

ABERTURA
Horário: 15 horas

Sob a presidência da vereadora Nely Aquino e sendo secretário o vereador Cláudio do Mundo Novo, havendo quórum, a presidente abriu a reunião.

Após a leitura, pelo vereador Professor Juliano Lopes, de um versículo das escrituras sagradas, a presidente pronunciou as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Belo Horizonte, iniciamos nossos trabalhos”.

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATA

Como não houve impugnação, a presidente comunicou a aprovação da Ata da 73ª Reunião Ordinária, realizada em 3/9/21.

ORDEM DO DIA

PRIMEIRA PARTE
Horário de início: 15h1min

EM TURNO ÚNICO - VETO PARCIAL: 1) Projeto de Lei nº 92/21 - Veto Parcial à Proposição de Lei nº 27/21 - “Institui a Semana de Orientação, Prevenção e Luta contra as Hepatites Virais no Município”. Autoria: vereador Dr. Célio Frois.

Os vereadores Léo e Dr. Célio Frois discutiram o veto.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Wanderley Porto.

Votaram 39 parlamentares, sendo 39 votos SIM. Mantido o veto.

O vereador Braulio Lara declarou voto.

EM PRIMEIRO TURNO: 2) Projeto de Lei nº 1.035/20 - “Dispõe sobre direitos e obrigações relativos à manutenção dos desfiles dos blocos caricatos de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Léo.

O vereador Léo discutiu o projeto.

Solicitou a interrupção da discussão nos termos do art. 142 do Regimento Interno - RI.

A presidente deferiu o pedido.

3) Projeto de Lei nº 944/20 - “Consolida legislação municipal que declara de utilidade pública entidades no Município de Belo Horizonte”. Autoria: Comissão Especial de Estudo - Racionalização do Estoque de Normas do Município.

A vereadora Marcela Trópia discutiu o projeto.

Para encaminhamento de votação, usou a palavra o vereador Irlan Melo.

Aprovado o projeto.

A presidente leu comunicado sobre emenda apresentada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH - ao Projeto de Lei nº 159/21, que visa instituir o Programa Auxílio Belo Horizonte para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas da pandemia do coronavírus, ampliando os benefícios para as famílias vulneráveis. Por meio do comunicado, informou que a Mesa Diretora deliberou a devolução de parte do orçamento da Câmara ao Executivo, para que seja possível efetuar o pagamento da ampliação do auxílio sem que haja qualquer



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

aumento de despesa para o Município.

TRANSFERÊNCIAS E ANÚNCIOS

Foi anunciado para a 77ª Reunião Ordinária, a realizar-se em 13/9/21, o Projeto de Lei nº 160/21.

GRANDE EXPEDIENTE

Horário de início: 15h21min

PRONUNCIAMENTOS SOBRE ASSUNTOS RELEVANTES

Fizeram uso da palavra as vereadoras e os vereadores:

1) LÉO: afirmou ser importante esclarecer que a suspensão da tramitação do Projeto de Lei nº 159/21 ocorreu porque, logo no início da reunião plenária, foi protocolado um substitutivo ao qual o Executivo não teve acesso previamente. Disse que a proposta de aumento do valor do auxílio emergencial é iniciativa louvável, somente possível com a economia de recursos da CMBH. Explicou que, da maneira como foi apresentado, sem fonte de despesa, o substitutivo poderia colocar em risco o andamento do projeto. Apresentou planilha em que se comparavam os cálculos do valor do auxílio previsto no Projeto de Lei nº 159/21 e no respectivo substitutivo. Afirmou que haveria um acréscimo de R\$136.981.200, valor que poderia ser ainda maior caso o retorno completo das aulas presenciais seja postergado. Pontuou que a Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - continua aberta ao diálogo transparente e franco para melhorar o projeto e, dessa forma, auxiliar a população mais vulnerável do Município. Lembrou que a PBH gastará além do previsto em orçamento neste ano, devido às despesas de enfrentamento à pandemia de covid-19.

Registre-se que o vereador fez uso do tempo de liderança de governo.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2) MARCELA TRÓPIA: disse que o auxílio emergencial está sendo discutido há 2 meses, com a participação de vereadores e representantes do Executivo. Afirmou que o líder de governo não conhecia o teor do substitutivo, pois não participou desses debates. Pontuou que o Projeto de Lei nº 159/21 veio tarde, após 1 ano e 3 meses de pandemia. Justificou que o substitutivo visa ajustar o projeto de maneira responsável, do ponto de vista orçamentário e fiscal. Disse que as dotações orçamentárias solicitadas não foram enviadas pela PBH. Afirmou que a economia de recursos feita pela CMBH, que financiaria o auxílio emergencial, é resultado do compromisso de todos os gabinetes parlamentares com o dinheiro público.

Registre-se que a vereadora fez uso do tempo de liderança de partido.

3) BELLA GONÇALVES: reforçou que o aumento do valor do benefício proposto pela CMBH é destinado a quem ganha até R\$89 por mês. Afirmou que a proposta de substitutivo apresentada dialoga com dados apresentados pela PBH. Lembrou que a CMBH tem devolvido, nos últimos anos, recursos ao Executivo; e salientou que tal economia vem do esforço de cada parlamentar. Apontou a importância de o Executivo estar aberto a dialogar sobre o substitutivo. Disse que a suspensão do Projeto de Lei nº 159/21 foi desnecessária, pois este tramitava em primeiro turno, sendo possível discutir as emendas em segundo turno. Afirmou que a suspensão de tramitação atrasará a concessão do benefício. Observou que os dados apresentados pelo vereador Léo divergem dos utilizados para cálculo do valor proposto pelo substitutivo. Disse que essas informações poderiam ter sido repassadas antes, para que o texto do substitutivo fosse consolidado de maneira viável.

Registre-se que a vereadora fez uso do tempo de liderança de partido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

4) PROFESSOR JULIANO LOPES: disse que, em coletiva realizada em julho, o prefeito Alexandre Kalil pediu aos vereadores que não apresentassem emendas ao auxílio emergencial, a fim de acelerar a tramitação do projeto. Afirmou que o papel da Casa é discutir o projeto e emendá-lo, caso seja necessário. Lembrou que os recursos economizados pelos 41 vereadores seriam repassados diretamente à PBH, para complementar o valor do auxílio emergencial. Afirmou não entender o porquê da suspensão de tramitação do projeto, uma vez que este estava em primeiro turno. Disse esperar que haja diálogo entre a PBH e a Casa; e que as pessoas que precisam do benefício possam recebê-lo em breve. Propôs que a PBH economize recursos com publicidade.

5) WILSINHO DA TABU: aconselhou que a população fique atenta às ações do Executivo.

6) MACAÉ EVARISTO: observou a importância da iniciativa de concessão de auxílio emergencial para a população de Belo Horizonte, em especial a que vive em extrema pobreza. Disse que a Casa não pode ser leniente e deve se comprometer a melhorar o Projeto de Lei nº 159/21. Lembrou que a CMBH, tradicionalmente, devolve recursos ao Município. Afirmou que a Casa deseja que esses recursos sejam direcionados ao auxílio emergencial. Disse que a suspensão de tramitação do projeto foi imprudente e pediu que este seja, o quanto antes, recolocado em pauta.

Registre-se que a vereadora fez uso do tempo de liderança de partido.

7) Em uso do tempo de liderança de partido, o vereador LÉO afirmou que não foi convidado a participar das reuniões em que se discutiu o substitutivo. Disse que o Executivo e a liderança de governo sempre estiveram dispostos a dialogar e a melhorar o Projeto de Lei nº 159/21. Esclareceu que a suspensão de tramitação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

desse projeto visou preservar os custos inicialmente previstos. Disse que o cálculo utilizado para confecção do substitutivo foi feito de forma equivocada, segundo informação da secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maira Colares. Lembrou que a economia de recursos na CMBH já ocorria em legislaturas anteriores.

A vereadora MARCELA TRÓPIA fez uso do tempo para explicação pessoal.

8) FLÁVIA BORJA: pontuou que é obrigação do líder de governo inteirar-se das discussões que ocorrem na Casa. Disse que a novidade não é a devolução de recursos, e sim a CMBH exigir que o dinheiro tenha um destino certo. Afirmou considerar lamentável a suspensão de tramitação do Projeto de Lei nº 159/21. Disse que transparência não é o ponto forte da PBH.

9) BRUNO MIRANDA: disse que a suspensão de tramitação do Projeto de Lei nº 159/21 foi acertada, pois, após o encerramento da discussão, não é mais possível a apresentação de substitutivo. Pediu aos pares serenidade para continuar avançando no debate do auxílio emergencial e conseguir aprová-lo o quanto antes.

10) PROFESSOR CLAUDINEY DULIM: afirmou que participou da primeira reunião para debater o Projeto de Lei nº 159/21. Disse que a maioria das solicitações feitas pelos pares em relação ao auxílio emergencial foi atendida pelo Executivo. Destacou que a PBH está disposta a dialogar sobre a ampliação do benefício. Observou que a concessão do auxílio emergencial é importante para melhorar a vida das pessoas e a economia do Município.

O vereador Wilsinho da Tabu assumiu a presidência.

11) NELY AQUINO: comunicou que, após cirurgia bem-sucedida, dará continuidade ao tratamento do câncer. Informou que não precisará de quimioterapia.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Agradeceu a Deus e a seus amigos e familiares o carinho e o cuidado que recebeu e continua recebendo de todos. Sobre as reuniões para discutir o auxílio emergencial, explicou que juntou os grupos que a procuraram para unir forças e melhorar o texto do projeto. Disse que, na reunião da qual participaram a secretaria Maira Colares e o secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, André Reis, discutiu-se a possibilidade de a CMBH destinar recursos para suprir o déficit orçamentário que ocorreria com o aumento do valor do benefício. Explicou que os cálculos que embasaram o substitutivo foram feitos conforme os números passados pela PBH. Ressaltou que as reuniões para debater o tema eram abertas à participação de todos os parlamentares. Lembrou que, nos três últimos anos, a CMBH devolveu ao Executivo valores significativos; e justificou que tais repasses só são possíveis com a responsabilidade e o compromisso das vereadoras e dos vereadores com o dinheiro público. Disse que o andamento do Projeto de Lei nº 159/21 não pode ser interrompido por vaidade e apontou a necessidade de aprová-lo logo.

Registre-se que a vereadora fez uso do tempo de liderança de partido.

12) BRAULIO LARA: disse que a concessão do auxílio emergencial já deveria ter ocorrido. Afirmou que o substitutivo ao Projeto de Lei nº 159/21 preza pela responsabilidade fiscal. Pediu aos pares serenidade para dialogar. Solicitou que os secretários municipais ou seus representantes participem das reuniões e visitas técnicas promovidas pela CMBH.

ENCERRAMENTO

Horário: 16h17min

41 parlamentares presentes ao longo da reunião: Álvaro Damião, Bella Gonçalves, Bim da Ambulância, Bráulio Lara, Bruno Miranda, Ciro Pereira, Cláudio do Mundo Novo, Dr. Célio Frois, Duda Salabert, Fernanda Pereira Altoé, Fernando Luiz, Flávia Borja, Gabriel, Gilson Guimarães, Helinho da Farmácia, Henrique Braga, Irlan Melo, Iza Lourença, Jorge Santos, José Ferreira, Juninho Los Hermanos, Léo, Macaé



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Evaristo, Marcela Trópia, Marcos Crispim, Marilda Portela, Miltinho CGE, Nely Aquino, Nikolas Ferreira, Pedro Patrus, Professor Claudiney Dulim, Professor Juliano Lopes, Professora Marli, Ramon Bibiano da Casa de Apoio, Reinaldo Gomes Preto Sacolão, Rogerio Alkimim, Rubão, Walter Tosta, Wanderley Porto, Wesley e Wilsinho da Tabu

Houve presenças remotas nesta reunião

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que, após aprovada, será assinada pela presidenta ou pelo presidente e pela secretária ou pelo secretário da reunião em que for comunicada sua aprovação.

Presidenta/Presidente:

Secretária/Secretário: